



POR UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: A VISIBILIDADE DO NEGRO ENQUANTO SUJEITO ATIVO E CRÍTICO NA SOCIEDADE BRASILEIRA

*Antonio Roniskel de Oliveira*¹
*Karen Virgínia da Silva Guedes*²
*Liliane Viana da Silva*³

RESUMO

Sendo a escola um importante agente no processo de confronto ao racismo, ela deve garantir em todo o seu componente curricular discussões sobre os elementos históricos e seus diversos fatos e olhares, desmistificando a perspectiva eurocêntrica tão bem enraizada em nossos livros e salas de aulas. Tal questão deve ser considerada pelo sistema educacional, e posta em prática por todos os participantes presentes na instituição escolar. A luta antirracista não é somente responsabilidade apenas das pessoas negras, mas também de todas as pessoas, este artigo tem o objetivo de discutir a importância de se trabalhar uma educação antirracista na escola, colocando o negro em lugar de destaque e tirando-o da posição de invisibilidade. Nossa pesquisa se configura como estudo bibliográfico e documental, evidenciando problemáticas e desafios ainda presentes para o cumprimento da lei 10.639/03. Abordamos também sobre a importância do protagonismo e representatividade de pessoas negras que estão em lugar de destaque na sociedade. Como referencial teórico destacamos nomes como ALMEIDA (2019), PINHEIRO (2023), GROSS (2014), RIBEIRO (2019), ANDRADE (2015), ADICHIE (2017), EVARISTO (2018), a fim de construirmos uma perspectiva que considera a importância do trabalho do/a educador/a no desenvolvimento e formação dos indivíduos, pela garantia de uma construção ampla e completa, fortificando a criticidade dos alunos perante os conhecimentos históricos. Observa-se que muitas são as barreiras e os desafios encontrados para o trabalho de uma escola antirracista, porém, é essencial que aconteçam mudanças estruturais, para que se efetive um ensino que tire o negro da invisibilidade social. Ao trazer essa relevância das relações étnico-raciais para o espaço escolar, a instituição, assim como toda a sociedade, devem se responsabilizar pela implementação da lei que torna obrigatório o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira nas escolas, buscando extinguir estereótipos e preconceitos muitas vezes reforçados por uma ideia de servidão e de ocupação de lugares subalternizados.

Palavras-chave: educação antirracista; afro-brasileira; visibilidade; povos negros; relações étnico-raciais.

INTRODUÇÃO

“[...] não basta não ser racista, é preciso ser antirracista” (Davis. 1981)

¹ Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Ceará - UECE, antonio.oliveira@aluno.uece.br;

² Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Ceará - UECE, karen.guedes@aluno.uece.br;

³ Professor (a) orientador (a): Mestre, Universidade Estadual do Ceará - UECE, liliane.viana@uece.br;



Começamos nossa discussão com a citação pertinente de Angela Davis, e nela nos inquietamos que realmente não basta você dizer que não é racista, mas, enquanto sujeito crítico, é preciso também falar que é antirracista. Como um verdadeiro “soco no estômago”, tal citação vem a nos provar que, somente falar, não basta, é preciso agir, se posicionar, e confrontar os crimes raciais. Em uma sociedade como a nossa, em que as pessoas falam que não são racistas, imensas justificativas são lançadas como afirmação. Entre elas estão: não sou racista, porque “tenho pessoas negras na família”; “tenho amigos negros”; “a minha empresa tem um funcionário negro” etc. Essas são algumas das justificativas que as pessoas utilizam para se isentarem do racismo estrutural existente.

Atualmente, muito se discute sobre as questões raciais e a invisibilidade do negro enquanto sujeito de uma sociedade. Discutir sobre o racismo existente em nosso meio é uma maneira de confrontar um sistema patriarcal, misógino e racista que oprime e limita a existência da população preta. Quando se trata das instituições de ensino, elas devem articular e desenvolver ações que causem reflexões pertinentes às relações étnico-raciais. Para Silvio Almeida (2019, p. 51), “O racismo constitui todo um complexo imaginário social que a todo o momento é reforçado pelos meios de comunicação, pela indústria cultural e pelo sistema educacional.”. Na mesma perspectiva, destaca Conceição Evaristo:

O Homem nascera bem longe dali. Quando criança fora, até um dado momento, um moleque qualquer. Um dia aprendera a ler. A leitura veio aguçar-lhe a observação. E da observação à descoberta, da descoberta à análise, da análise à ação. E ele se tornou um sujeito ativo, muito ativo. Não era um mero observador, um enamorado das coisas e do mundo. Era um operário, um construtor da vida. (EVARISTO, 2018. P. 52)

Portanto, compreende-se que a escola é um espaço que deve assegurar um ensino antirracista, criando estratégias e metodologias que potencializem o conhecimento, assim, partindo de uma perspectiva que repasse aspectos da história dos/as invisibilizados/as e inverossímeis, colocando os negros como membros construtores e participantes de nossa sociedade, dando-lhes destaque nas contribuições sociais, de pesquisa, nas políticas, nas religiões e culturas, em que enriquecem toda a existência do povo negro, desde a ancestralidade até a atualidade. Em discurso com Conceição Evaristo, somos levados a compreender que as mulheres negras trazem um elo ancestral com as que antecederam a elas, e, juntamente, com a espiritualidade em uma narrativa de inteligência, sobrevivência, resistência, luta e fé aos Orixás, como será destacado a seguir:



Assim fiz. Voltei, aflita, mas satisfeita. Vivia a sensação de estar cumprindo um ritual, em que a oferenda aos Orixás deveria ser descoberta da cor dos olhos de minha mãe. E quando, após longos dias de viagem para chegar à minha terra, pude contemplar extasiada os olhos de minha mãe, sabem o que vi? Sabem o que vi? Vi só lágrimas e lágrimas. Entretanto, ela sorria feliz. Mas eram tantas lágrimas, que eu me perguntei se minha mãe tinha olhos ou rios caudalosos sobre a face. E só então compreendi. Minha mãe trazia, serenamente em si, águas correntezas. Por isso, prantos e prantos a enfeitar o seu rosto. A cor dos olhos de minha mãe era cor de olhos d'água. Águas de Mamãe Oxum! Rios calmos, mas profundos e enganosos para quem contempla a vida apenas pela superfície. Sim, águas de Mamãe Oxum. Abracei a mãe, encostei meu rosto no dela e pedi proteção. Senti as lágrimas delas se misturarem às minhas. (EVARISTO, 2016, p. 13)

A religiosidade é, para o povo negro, muitas vezes, uma das formas encontradas de conectar-se com o sagrado, na busca da transgressão, da sabedoria, da esperança, na emancipação e ascensão social no movimento antirracista.

Para a intelectual Barbara Carine Soares Pinheiro (2023), as práticas antirracistas são aquelas voltadas para a denúncia do racismo, no sentido maior de sua reversão/destruição. Essas práticas seriam voltadas para o resgate da ancestralidade, para a construção e reconhecimento da identidade do negro como sujeito pertencente a uma comunidade, “é só sabendo de onde viemos (olhando para trás) que sabemos quem somos; e é só sabendo de onde viemos e quem somos, a partir da nossa agência ancestral, que conseguimos construir novos passos rumo à emancipação do nosso povo.” (PINHEIRO, 2023, p. 99). Dessa forma, a prática escolar deve ser desenvolvida de modo que reforce as estratégias de luta, sobrevivência e inteligência da cultura afro-brasileira, sendo essa a maneira encontrada, pelos povos africanos e afro-brasileiros, a fim de proteger seus conhecimentos ancestrais, suas culturas, religiões, costumes e estruturação de suas sociedades.

É importante enfatizar a relevância de uma educação antirracista fundamentada e embasada em discussões teóricas de autores/as que trazem reflexões de enfrentamento das estruturas racistas ainda presentes na sociedade. Nomes como Silvio Almeida, Kabengele Munanga, Barbara Carine, Djamila Ribeiro, Carla Akotirene, Viola Davis, bell hooks, Neusa Santos, Conceição Evaristo e Beatriz Nascimento devem se fazer presente nas discussões em sala de aula, como aporte de resistência e de reescrita da própria história da população negra em nossa sociedade.

Esse seria um passo firme e forte a fim de garantirmos, de forma direta, impactos sociais e educacionais nos sujeitos, possibilitando-lhes construir uma visão de mundo e fortificando as



narrativas apresentadas no contexto histórico de luta e de resistência, para desmistificar a perspectiva eurocêntrica que geralmente é passada, colocando o branco na posição universal. A partir dessa compreensão, torna-se possível a problematização da falta de representatividade e do repasse e reforço dos estereótipos raciais, ao referir-se ao espaço escolar, nota-se muitas incertezas, e problemáticas a serem rompidos, como a posição de invisibilidade do aluno negro dentro da sala de aula. Para combater essas lacunas, tais assuntos devem ser discutidos com responsabilidade, considerando que o racismo coloca o negro em uma limitação estrutural e social, criado pelo branco que o racializou e o inferiorizou para desumanizá-lo. Para Silvio Almeida:

Podemos dizer que o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam. (ALMEIDA, 2019, p. 25)

Como vem se discutindo sobre os movimentos de educação antirracista, então a indagação nos moveu a realizar uma pesquisa teórica de natureza bibliográfica, com o interesse de compreender a atuação das instituições que confrontam o racismo. Partindo desse pressuposto, a nossa pesquisa é referenciada em intelectuais negros que discutem sobre a temática com propriedade, a partir do seu lugar de fala.

METODOLOGIA

Nosso trabalho, de natureza bibliográfica, foi construído a partir da leitura de livros físicos, e artigos disponíveis nos bancos de dados da Scielo, Google acadêmico e plataforma CAPES. Conforme Severino (1941. P. 122), “a pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. [...] os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados”. Estudo documental incidiu sobre as relações étnico-raciais e a função das escolas nas ações antirracistas. Já de acordo com Gil (2002, p. 62-63), sobre a pesquisa documental, ela “apresenta algumas vantagens por ser ‘fonte rica e estável de dados’: não implica altos custos, não exige contato com os sujeitos da pesquisa e possibilita uma leitura aprofundada das fontes”.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao considerar todo o contexto histórico da nossa sociedade, como a invasão nos territórios que já estavam ocupados pelos povos originários, o sequestro e escravização dos



povos africanos, a exploração e o genocídio dessas populações, compreende-se que a educação tem o dever de criar estratégias para transformar nosso meio, e buscar reparar os prejuízos presentes e reforçados ao longo da história. Como garantia dessas estratégias de ensino, foi estabelecido a Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, para a obrigatoriedade de um trabalho pedagógico voltada para os conhecimentos das histórias e culturas africanas e afro-brasileiras, como está presente no artigo abaixo:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. § 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras. (BRASIL, 2003)

Evidencia-se a obrigatoriedade no ensino das culturas africanas e afro-brasileiras nas salas de aulas, entretanto, mesmo de forma assegurada, ainda subsistem desafios no cumprimento dessa lei. Não podemos culpabilizar somente os educadores pelas dificuldades no trabalho desenvolvido sobre essa temática, já que o sistema educacional garante, de forma mínima, formações continuadas voltadas para a verdadeira história e as contribuições do povo negro. É preciso considerar a importância do trabalho do/a educador/a no desenvolvimento e formação dos indivíduos, pela garantia de uma construção ampla e completa, fortificando a criticidade dos alunos perante os conhecimentos históricos. Como salienta Pinheiro (2023, p. 24), “professoras e professores são esses ‘doadores de memórias’ com o papel de transmitir socialmente às novas gerações um legado cultural sistemático que tanto nos impulsiona no sentido do desenvolvimento humano.”

Diante disso, as problemáticas ainda existentes nos espaços escolares limitam as habilidades cognitivas das crianças, como nas realizações dos diagnósticos, em suas interações e socializações nas atividades desenvolvidas, assim, invisibilizando o protagonismo das crianças negras. Esse racismo impacta diretamente nas crianças, já que existe um tratamento com indiferença, não permitindo o sentimento de pertencimento no espaço que elas estão inseridas; dessa forma, criam-se bloqueios que afetam o desenvolvimento de suas aprendizagens e na construção e preservação de sua autoestima. Daniele Gross destaca:

A invisibilidade é tida como a pior forma de racismo. Diferentemente dos norte-americanos, que em sua história sempre explicitaram seu segregacionismo diante dos negros, bem como de outras etnias, no Brasil, atravessamos os séculos criados por uma cultura escravocrata, e que, mesmo



diante da abolição, manteve um racismo de forma velada. (GROSS, 2014, p. 14)

Em um diálogo com a autora, é possível refletir, partindo da concordância de que a invisibilidade é, sim, a pior forma de racismo, já que coloca as pessoas pretas em lugar de subsistência, de apagamento e de solidão, em situações que perduram desde o período escravocrata. As pessoas negras estão presentes nos espaços sociais, porém, ainda têm seus direitos como cidadãos negados, negligenciados; dessa forma, não podem usufruir do básico, pois são acometidas pela segregação, considerando a posição de vulnerabilidade em todas as instâncias sociais. Uma outra problemática apresentada é a construção do racismo velado, que se perpetua desde a abolição, e tem suas práticas sustentadas pelas classes que se beneficiam, diretamente, das estruturas racistas, e que utilizam desse racismo velado como estratégia para deslegitimar as lutas e os movimentos antirracistas, assim, garantindo os seus lugares de privilégios.

Existe uma normalização das práticas racistas, e quando praticadas, se passam despercebidas, justamente por se tratar de um racismo estrutural, organizado para hierarquizar e racializar, conceituando a existência de um padrão “ideal” para se adequar em uma sociedade que usurpa a existência, o conhecimento e a produção intelectual de um povo. Para desconstruir e transgredir, é necessário que a escola tenha um discurso antirracista, desenvolvendo metodologias que possibilitem o conhecimento da posição, que cheguem até o maior número de indivíduos, para que possam compreender o lugar no qual ocupam e qual é a sua responsabilidade na luta antirracista. A intelectual Djamila Ribeiro destaca que:

O mundo apresentado na escola era o dos brancos, no qual as culturas europeias eram vistas como superiores, o ideal a ser seguido. Eu reparava que minhas colegas não precisavam pensar o lugar social da branquitude, pois eram vistas como normais: a errada era eu (RIBEIRO, 2019, p. 24)

Quando a autora fala sobre essa escola apresentada em uma perspectiva embranquecida, que reforça a imagem da pessoa branca como universal única e ideal, compreende-se que tudo tem uma centralidade branca, que impossibilita as pessoas negras de se reconhecerem, de acreditarem nas suas potencialidades. A falta de representatividade dificulta ao reconhecimento como negro, a ter acesso à cultura, à sua ancestralidade, aos aspectos históricos e religiosos. Para, além disso, o negro precisa pensar no lugar social e econômico que ocupa e nas suas relações cotidianas.



[...] o racismo – que se materializa como discriminação racial – é definido por seu caráter sistêmico. Não se trata, portanto, de apenas um ato discriminatório ou mesmo de um conjunto de atos, mas de um processo em que condições de subalternidade e de privilégio que se distribuem entre grupos raciais se reproduzem nos âmbitos da política, da economia e das relações cotidianas. (ALMEIDA, 2018, p. 27)

Diante desse cenário, é fundamental evidenciar o papel da escola na mediação do ensino e da aprendizagem no processo formativo dos indivíduos; para isso, é necessária a garantia de referências da comunidade negra, que estão em lugar de destaque, assim, permitindo uma perspectiva que reafirma a potencialidade do povo preto, assegurando essa representatividade na formação de todas as crianças e destacando os diversos espaços e posições alcançadas por pessoas pretas:

A ausência de referência positiva na vida da criança e da família, no livro didático e nos demais espaços mencionados que esgarça os fragmentos de identidade da criança negra, que muitas vezes chega à fase adulta com total rejeição à sua origem racial, trazendo-lhe prejuízo à sua vida cotidiana. (ANDRADE, 2005, p. 120)

Em diálogo, a escritora Chimamanda Ngozi Adiche (2017, p. 52), apresenta: “Ensina-lhe a sentir orgulho da história dos africanos e da diáspora negra. Encontre heróis e heroínas negros na história. Existem. Você talvez precise contradizer algumas coisas que ela aprenderá na escola”. Portanto, na visão de Adichie, a história deve ser mediada, baseada nos conhecimentos que evidenciam a vida das pessoas negras no continente africano, antes do processo de escravização, contemplando suas civilizações, os impérios, as organizações dos governos, a sistematização política, a centralização de uma diversidade de povos e as posições de poder. Dessa maneira, é possível desconstruir estigmas sociais, já que será apresentado o negro em uma conjuntura de visibilidade, autonomia, destaque e potencialidade.

Portanto, para ser uma escola antirracista, essa deve trabalhar no decorrer de todo o ano letivo, considerando a diversidade étnico-racial em todo o seu componente curricular, garantido que a história seja repassada com os verdadeiros fatos, desmistificando a perspectiva eurocêntrica. Para Pinheiro (2023, p. 147), “Mais que uma opção, deve ser um compromisso histórico, um dever da escola, ser antirracista. A escola e, por sua vez, a professora e o professor precisam pautar a equidade racial em toda a sua estrutura”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Observa-se que muitas são as barreiras e os desafios encontrados para o trabalho de uma escola antirracista, porém é essencial que aconteçam mudanças estruturais, para que se efetive um ensino que tire o negro da invisibilidade social. Essa questão deve ser considerada por todo o sistema educacional, e posta em prática por todos os funcionários presentes na instituição escolar. “Nessa perspectiva da educação formal, todas as pessoas que estão no interior de uma escola são educadoras [...]” (PINHEIRO, 2023, p. 25). Quando entendemos esses aspectos, compreendemos que a luta antirracista não é responsabilidade apenas das pessoas negras, mas, principalmente, das pessoas brancas, que se beneficiam do sistema de opressão. Ao trazer essa relevância para o espaço escolar, a instituição deve se responsabilizar pela implementação da lei que torna obrigatório o ensino da história e cultura, que deve ser repassada fora da estereotipagem que sempre é reforçada por uma ideia de servidão e de ocupação de lugares subalternizados.

REFERÊNCIAS

- ADICHE, Chimamanda Ngozi. **Para educar crianças feministas: um manifesto**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. Sueli Carneiro; Pólen. 2019
- BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. **Diário Oficial**. Brasília-DF, 2023.
Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 23 abr. 2023.
- EVARISTO, Conceição. **Becos da memória**. Editora Pallas: Ed. 4. Rio de Janeiro, 2018.
- _____. **Olhos D'Água**. Editora Pallas: Ed. 1. Rio de Janeiro, 2016.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Editora Atlas S/A, 2002.
- GROSS, Daniele. **Raça identificada: a quebra da indivisibilidade negra**. Revista Científica: São Paulo, 2014.
- MUNANGA, Kabengele; ANDRADE, Inaldete Pinheiro. **Construindo a auto-estima da criança negra**. Superando o racismo na escola. 2005, Brasília. 2 ed. SECAD
- PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **Como ser um educador antirracista**. Planeta do Brasil, 2023
- RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. Companhia das Letras: São Paulo, 2019.



SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. Ed. Ver. E atual. – São Paulo: Cortez, 2016.